

O Estado de S. Paulo

27/5/1984

Nota conjunta alerta para risco de explosão social

OLAVO SETÚBAL

A futurologia sempre foi um risco. Todavia, desde que os homens passaram a procurar o oráculo de Delfos, no templo de Apoio, onde a sacerdotiza Pitoniza pronunciava seus vaticínios, a arte de prever o futuro cada vez menos é privilégio das ciganas e dos jogadores de baratas. Afinal, conjugando-se sensibilidade política capacidade analítica com um amplo conhecimento de fato, decisivos e comprovados possível distinguir-se o essencial do supérfluo no emaranhado dos acontecimentos, garantindo-se, assim, um mínimo de acerto na antevisão do amanhã. Entre nós, quais são esses fatos?

O primeiro deles, seguramente o mais importante foi a campanha das diretas. Ela uniu as forças vivas da Nação em torno de um mesmo ideal, denunciou o colégio eleitoral e demonstrou as limitações de um sistema pluripartidário carente de uma agremiação verdadeiramente liberal. Mas, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, qual o passo agora a ser dado? O segundo fato, seguramente o mais preocupante, é a má percepção dos problemas sócio-econômicos a serem enfrentados com coragem e realismo. Quem os vê na sua magnitude? O terceiro fato, não menos importante do que os anteriores, são os procedimentos e instrumentos institucionais existentes para equacionar o impasse em que nos encontramos. Serão eles suficientes para que possamos recuperar o controle sobre nosso próprio destino?

É difícil responder essas três indagações. Nem por isso, todavia, é impossível deixar de balizar a construção do amanhã. Toda a insinceridade no diálogo e contemporização na abertura de uma eficaz reforma social, como dizia o sempre lúcido Santiago Dantas, corre o risco de gerar um processo antidemocrático e um regresso ao autoritarismo. Daí a necessidade de iluminarmos com a luz da razão e do bom senso a encruzilhada — interna e externa — em que nos encontramos.

É certo que a democratização total das instituições é a grande aspiração nacional do momento. Mas também é certo que de nada adiantarão as conquistas políticas se, ao mesmo tempo, o País como um todo não tiver a compreensão exata da crise econômica em que se encontra. A legitimação do poder não garante, por si, o fim da recessão, o controle da inflação, a geração de empregos e a retomada do crescimento. O que ela propicia é a possibilidade de elegermos estadistas com o respaldo popular necessário para a tomada das decisões fundamentais.

DESAFIO

Esse desafio não é fácil de ser vencido. As estratégias de recuperação econômica sempre criam expectativas justas porém irreais, motivo pelo qual uma das missões do futuro presidente é, ao longo de uma gestão eficiente, saber distribuir os novos sacrifícios e canalizar a lealdade da sociedade seu projeto de governo. Decisões desse gênero costumam provocar tensões crescentes e oposições exacerbadas, abrindo caminho para a contestação descomprometida dos demagogos. A verdade, todavia, é que nenhum país cresce no ritmo que deseja mas sim a partir do que realmente pode, em função das circunstâncias. O crescimento é um fenômeno real e de longo prazo: condicionado pelas limitações de capital, pelos níveis de poupança interna, pela escassez de recursos materiais pelo grau disponível de tecnologia e pela qualidade de força de trabalho.

Por isso a crise brasileira tem facetas que não podem ser desprezadas. Se as ignorarmos, por conveniência, desídia ou omissão, simplesmente estaremos perdendo a perspectiva do passado e, por consequência, a visão do futuro possível. A campanha das diretas deixou claro que as decisões fundamentais de Nação não podem continuar sendo tomadas pelos mesmos atores destas duas últimas décadas. Ela também refletiu uma mudança qualitativa em nossa práxis política, demonstrando uma rejeição pacífica, porém consciente, da hipocrisia tecnocrática e das falsas promessas de um progresso material jamais tornado realidade para a maioria esmagadora da população. Por fim, mostrou que, em termos de inteligibilidade das medidas econômicas a serem adotadas, nem todos ainda perceberam a impossibilidade de se conciliarem ao mesmo tempo aumentos reais de salário e crescimento do PIB, de um lado, e redução do déficit público com controle da inflação e renegociação da dívida externa, de outro.

A tentativa de comparar a abertura brasileira à primavera argentina é, deste modo, irrecusável. O fracasso da campanha das Malvinas mostrou com um realismo cruel o risco das bravatas irresponsáveis e do nacionalismo intolerante. A derrota na guerra mostrou o desconhecimento, por parte dos dirigentes argentinos de então, de um dado óbvio: a Inglaterra pertencia a um sistema mundial de poder que, quando vê agredido um de seus membros, reage de modo global principalmente nos campos militar e financeiro. O preço desse desconhecimento foi, paradoxalmente, o desmantelamento do regime autoritário e a redemocratização do país. A realização de eleições diretas livres não só exorcizou os fantasmas peronistas como, igualmente, deu ao presidente Raul Alfonsín uma consagração legitimadora — 52% dos votos — para uma gestão amplamente reformadora.

Hoje, porém, o problema argentino é o da conversão do discurso eleitoral em ação executiva, diante de uma dívida externa equivalente ao dobro da dívida per capita dos brasileiros, de uma queda da produção industrial de 14,3% ao longo da última década e de uma taxa inflacionária acumulada de 524,9%, nos últimos 12 meses até abril último. Como cumprir as promessas de campanha presidencial? Apesar de suas boas intenções, o novo governo vem enfrentando sérias dificuldades no ajuste econômico estrutural. Isto é: não vem conseguindo realizar, por exemplo, o que Felipe Gonzales, na Espanha, e Bettino Craxi na Itália, decidiram obter mesmo a custo de seu prestígio pessoal: o maior equilíbrio entre as exigências imediatas de aumento da produtividade global em suas respectivas economias e a concessão de um aumento real médio dos salários — o que os tem levado, entre outras medidas impopulares, a reduzir percentuais na indexação da renda dos assalariados, a expurgar os efeitos da desvalorização cambial e da alta do petróleo sobre os índices de preços etc.

É importante tirar lições desses primeiros sinais de desgaste do governo democrático argentino, decorrente da descoberta de que a negociação extensa é mais difícil do que a pacificação interna. Uma das palavras de ordem na campanha de Alfonsín foi a crítica à ortodoxia monetária do sistema financeiro internacional. Confirmada a vitória, o presidente escolheu como seu assessor econômico e como um desses negociadores com a FMI um economista mundialmente conhecido, Raul Prebisch — um refinado intelectual que, à semelhança de um Celso Furtado ou um Fernando Henrique Cardoso, sempre se pautou por uma visão de mundo aberta, inovadora e progressista. Tais características, porém, não o impediram de ter um realista em matéria de política econômica, principalmente agora em que os novos dirigentes de seu país consagrados com o voto popular, enfrentam o desafio da reconstrução nacional.

POLÊMICA

Por isso, ele deflagrou uma grande polêmica ao afirmar ao jornal La Nación, em abril último, que “não é possível seguir regulando a inflação com base nos aumentos salariais”, face aos “resultados calamitosos para a economia do país”. Ele disse, ainda, que “é uma ilusão tremenda crer que se pode melhorar o nível de população com uma inflação. Em todas as partes

onde se cometeu o mesmo erro, registraram-se as mesmas consequências desastrosas". A tese de Prebisch, de que chegou a hora dos argentinos "unirem-se para salvar o país do desastre da hiperinflação", foi enunciada, justamente, no momento em que o FMI passara a criticar a estratégia formulada e implantada pelo ministro da Economia, Bernardo Grinspun.

Surpreendendo seus correligionários, o criador do Cepal também assinou um importante memorando de entendimento com o diretor gerente do FMI, Jacques de Larosière, cujos itens mais significativos são estes: 1 — redução da inflação, mediante drástico corte do déficit fiscal, passando de 18% do PIB ao final de 1983 para 6% no primeiro trimestre de 1985; 2 — reformulação da política cambial, com o objetivo de estimular as exportações e promover um eficiente processo de substituição de importações; 3 — fixação de taxas de juros internos positivas em termos reais; 4 modificação da política salarial, mediante a fixação de aumentos em função da inflação futura esperada pelo governo e não COM base no ajuste retroativo para compensar a inflação passada, como ocorria até o momento.

Terá Prebisch, após anos de oposição e exílio, se convertido num conservador? É óbvio que não. Ele está preocupado em criar condições concretas para a consolidação da emergente democracia argentina, consciente de que estruturas políticas abertas não podem sobreviver num sistema desestruturado e combalido. Certo de que a sobrevivência das empresas argentinas está associada ao risco de insolvência da própria nação, ele advoga remédios de comprovada impopularidade, mas considerados inevitáveis até mesmo pelos socialistas democráticos europeus. Convencido da necessidade de conjugar tal tratamento à preservação das liberdades básicas, ele tem dito que os argentinos não conhecem a gravidade da situação. "Sofremos a incerteza de políticas econômicas cambiantes e, certamente, isso afetou os esforços produtivos. Nós nos acostumamos à vida fácil e, desde então, não temos sabido adaptar nos às mudanças das circunstâncias." Todavia, é preciso aprender a se ajustar, antes que o pesadelo de novo período de autoritarismo se converta novamente em realidade.

DECISÕES

Temos muito a obter com Prebisch. Se não tivermos a coragem de tomar as decisões certas no momento exato, fracassaremos na construção de nossa democracia. De que vale o discurso bem-intencionado em favor do controle da inflação, da erradicação da pobreza absoluta e da revitalização da iniciativa privada, sem um projeto de poder não só politicamente legítimo, mas também tecnicamente eficaz? Como executar esse projeto sem instrumentos capazes de alterar a realidade do país, a partir de uma ampla maioria em condições de conceder apoio aos condutores de uma nova ordem? Como imaginar essa ordem sem lideranças capazes de comunicar à toda a nação os sacrifícios que devem e precisam ser feitos para se corrigirem os erros do passado?

Considerada em si mesma, essa comunicação é complexa e frustrante. Homens que tentaram no passado, como Santiago Dantas ou Octávio Gouvêa de Bulhões, perceberam o quanto difícil é executar essa função. Apesar disso, porém, a comunicação em última instância sempre acaba decidindo a seleção e a escolha dos líderes políticos. Decorre daí a importância de um sentimento de responsabilidade entre as diferentes instâncias sociais, a fim de que nossos futuros dirigentes possam comunicar-se quer entre si quer com a Nação, sem o risco das meias-verdades, dos argumentos de conveniência e das mistificações retóricas, como hoje. Os governos responsáveis são aqueles que, prestando contas às instituições parlamentares e judiciais e preparando-se para responder com decisões conseqüentes às pressões dos setores sociais organizados indiretamente estimulam a própria sociedade a preparar e encaminhar, responsabilmente, suas demandas.

Ora, nestes dias de tentativa de diálogo e entendimento, o ponto balizador de negociação deve ser um só: a consciência de que os novos governantes terão de compartilhar, com todas as

lideranças do País, o ônus das dificuldades e das restrições que continuarão impedindo, no processo de ajuste econômico, a completa satisfação dos desejos de todos. Caso contrário, correremos o risco de vê-los dos mais cedo do que se poderia imaginar. E, o que é pior, sem saber como enfrentar reivindicações irreais e evasivas de intransigência, configurando, assim, o que os cientistas sociais chamam de "sistema de impossibilidade recíproca tendente a se realimentar até a inevitável colisão". A quem interessa, senão aos radicais de direita ou esquerda, o retrocesso autoritário?

O estabelecimento de uma comunicação responsável na questão sucessória, portanto, é condição sine qua para se evitar o retorno ao obscurantismo — risco sempre presente nos momentos em que uma abertura política coincide com um perigo de grave instabilidade econômica. Urge não repetir alguns erros que já delineiam na primavera argentina onde, por um lado, os peronistas dão-se ao luxo de estimular reivindicações salariais irreais, enquanto, por outro, um crítico progressista como Prebisch adverte para os perigos das concessões enganadoras; esclarece o perigo da tentativa de se encurtar os períodos, de reajuste de remuneração, sem se atentar para os efeitos automáticos sobre o ritmo da inflação; e chama atenção para o esforço em torno da retomada do crescimento sem, ao mesmo tempo, procurar-se ampliar os níveis de poupança interna e externa.

LEGITIMAÇÃO

Por isso, é preciso aproveitar a sucessão presidencial para, dada a possibilidade de legitimação do poder por meio da negociação, exorcizar navios próprios fantasmas. Um deles, como Prebisch mostrou refere-se à exacerbação das reivindicações salariais. Em casa onde não há pão, todos gritam e todos têm razão: logo, é necessário, com responsabilidade, aprender a discernir o difícil ganho real, dependente do aumento de produtividade da economia, da ilusão da majoração nominal, de caráter comprovadamente inflacionário. Eis o desafio lançado à classe parlamentar e aos atores políticos capazes de compreender a crise econômica em sua plenitude.

Outro fantasma diz respeito à soberania brasileira. É certo que a política interna está subordinada às condições impostas pelo mercado financeiro internacional. Contudo, não podemos ficar nem ficar de braços cruzados, esperando que a recuperação das grandes potências abra caminho para a recuperação do Terceiro Mundo, nem gritando palavra de ordem impregnadas de um ambíguo nacionalismo ideológico — simbiose do radicalismo esquerdizante ou fascistóide. É preciso responsabilidade. A questão não diz respeito apenas à retomada do crescimento de economia mundial — ela se refere, igualmente, ao problema de saber definir qual sentido desse crescimento para nós e qual posição que realmente queremos assumir no contexto mundial.

No caso argentino, apesar das advertências de Prebisch, o governo vem negociando sua dívida externa o espectro da confrontação com o sistema monetário internacional, sem, no entanto, ter ampla margem de manobra. Se, por um lado sua economia perdeu a escala de produtividade e competitividade em virtude de seus problemas políticos internos, agravados pela guerra das Malvinas, por outro, ela caminha dramaticamente para o round de 30 de junho próximo após ter sido salva em 30 de março último, pelo decisivo apoio da América Latina. Daí sua tentativa de fortalecer-se politicamente, procurando compensar suas notórias dificuldades de natureza econômica com um amplo poder de mobilização e pressão. No caso brasileiro, a população almeja um progresso material em níveis semelhantes aos dos países desenvolvidos. Todavia, entre nós são poucos os que perceberam como as nações ricas optaram pelo caminho da cooperação internacional e da integração em intrincados sistemas de aliança e coalizões. Trata-se de uma decisão consciente, referendada pelo eleitorado desses países e legitimada em pleitos democráticos.

OPÇÕES

Para nós, nesse sentido. qual será a melhor opção?

A meu ver, a integração imediata e automática ao Terceiro Mundo, nos moldes da Carta de Argel, é inviável. De um lado, porque nos amarra aos quatro bilhões de habitantes mais pobres do mundo, impondo um subdesenvolvimento tecnológico sem condições de viabilizar as reformas sociais de que precisamos. De outro, porque os países desse sistema tem especificidades próprias, de modo que uma ação coesa de todos eles exigiria de nós ou a supressão da liberdade interna, como ocorre com Cuba, Argélia e Angola, ou um regime crescentemente autoritário, como a Nicarágua. Somente os países marcados pelo que Octávio Paz chamou de "fatalidade cesarista" são capazes desse tipo de alinhamento.

A segunda opção seria aquela pelo Primeiro Mundo — viável em virtude de nossas aspirações democráticas e de nossa firme decisão — revelada na campanha das diretas — de assegurar uma sociedade aberta, justa e estável. Em princípio seria possível, sem abrir mão de nossa soberania em setores estratégicos, como no âmbito da informática, negociar com dignidade nossa participação política e econômica no sistema ocidental, com a mesma altivez com que um homem como Prebisch assinou o memorando de entendimento de seu governo com o FMI. Para tanto, necessitaríamos de consenso, lealdade e legitimidade internas — premissas básicas para uma política exterior conseqüente e eficiente, em condições de nos ajudar a erradicar a miséria e a pobreza que atingem, em nível absoluto, cerca 30 a 35 milhões de brasileiros.

Ocorre, porém, que essa opção, pela nossa condição de país em desenvolvimento profundamente endividado, exige que saibamos investir politicamente numa ação global dos devedores latino-americanos com o objetivo de renegociarmos nossa dívida em condições, senão favoráveis, pelo menos compatíveis com uma expansão econômica razoável.

Nesse sentido, encontramos-nos hoje dentro de um cronograma de eventos fundamentais. A nota conjunta foi de um brado de alerta destinado a influir na reunião de cúpula dos sete países mais ricos do Ocidente, a se realizar em Londres, entre 7 e 9 de junho. Portanto, a declaração foi divulgada na hora certa, isto é, quando os próprios aliados europeus e japoneses dos Estados Unidos também estão criticando sua política monetária e sua forma de financiamento do déficit público. Se essa política é pesada para as nações ricas, ela é insuportável para as nações da América Latina, que chegaram, pela crise econômica, ao limite da explosão social — e foi essa, em suma, a principal advertência da declaração conjunta.

Decorre daí a grande expectativa com relação à reunião de Londres, pois, três semanas após seu encerramento, termina o prazo para a renegociação da dívida argentina. Será a primeira negociação concreta no cronograma a que me refiro. Por isso, caminhemos para uma encruzilhada. Se o resultado da reunião de cúpula for a la Cancún, retórico e inócuo, ignorando nossas dificuldades reais e estruturais, à Argentina não restará senão o afastamento do sistema financeiro internacional — o que seguramente levará os demais signatários da nota conjunta a fazer o mesmo quando chegar a sua vez de negociar. Se, porém, for tomada uma decisão nova e eminentemente política, existe ainda uma esperança de se evitar uma ruptura de nosso continente com o Primeiro Mundo, de consequências imprevisíveis, tamanhas suas implicações políticas, econômicas e sociais.

SUCESSÃO

Diante desse quadro, enfim, eis por que a questão sucessória configura um conjunto de dificuldade capaz de conduzir a Nação a um impasse de graves proporções, caso seja imposta a vontade unilateral de grupos nada representativos, contrários à negociação. O mesmo risco também estará presente no caso de entendimento entre governo e oposições que se limite

apenas à escolha de um nome para sucessão do presidente Figueiredo, sem que a transferência do poder seja acompanhada de projetos explícitos sobre a resolução dos problemas nacionais, como a renegociação da dívida, política salarial, taxa de juros, fortalecimento da empresa privada nacional, definição do papel das multinacionais e, antes e acima de tudo, inserção do Brasil no tenso e nebuloso contexto da ordem econômica mundial.

A previsão do futuro é uma arte difícil, como disse no início deste artigo. Mas há evidências empíricas suficientes para nos levar à conclusão de que, se não reatarmos a confiança dos brasileiros a partir de um entendimento de grande amplitude, com estadistas capazes de uma comunicação responsável tanto com a classe política quanto com a própria Nação, certamente estaremos caminhando o caminho das trevas. Um caminho do qual a violência de abril do ano passado, em São Paulo, ou de duas semanas atrás, em Guariba, são apenas pálidos reflexos.

(Página 45)